

Jacques Derrida

Torres de  
**BABEL**

**UFMG**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

REITORA: Ana Lúcia Almeida Gazzola  
VICE-REITOR: Marcos Berato Viana

**EDITORA UFMG**

DIRETOR: Wander Melo Miranda  
VICE-DIRETORA: Heloisa Maria Murgel Starling

**CONSELHO EDITORIAL**

TITULARES: Carlos Antônio Leite Brandão, Heloisa Maria Murgel Starling, José Francisco Soares, Juarez Rocha Guimarães, Maria das Graças Santa Bárbara, Maria Helena Damasceno e Silva Megale, Paulo Sérgio Lacerda Beirão, Wander Melo Miranda (presidente)

TRADUÇÃO  
**Junia Barreto**  
1ª REIMPRESSÃO

Belo Horizonte  
Editora UFMG  
2006

Título original: "Des tours de Babel" in *Psyché*, de Jacques Derrida  
Copyright © Editions Galilée, 1987-1998

© 2002 da tradução brasileira by Editora UFMG

2006 - 1ª reimpr.

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

D438t Derrida, Jacques.

Torres de Babel / Jacques Derrida; tradução de Junia Barreto. -  
Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.  
74p.

ISBN: 85-7041-316-5

1. Lingüística 2. Tradução e interpretação I. Título  
II. Barreto, Junia

COD: 410

CCU: 82.035

CATÁLOGO NA PUBLICAÇÃO: Divisão de Planejamento e Divulgação da Biblioteca  
Universitária - UFMG

EDITORAÇÃO DE TEXTOS: Ana Maria de Moraes

NORMALIZAÇÃO: Maria Stela de Souza Reis

REVISÃO DE PROVAS: Cláudia Pereira, Maria do Carmo Leite Ribeiro

PROJETO GRÁFICO E CAPA: Marcelo Belico

PRODUÇÃO GRÁFICA: Eduardo Ferreira

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6627 - Ala direita da Biblioteca Central - térreo

Campus Pampulha - 31270-901 - Belo Horizonte/MG

Tel.: (31)3499-4650 Fax: (31)3499-4768

E-mail: [Editora@bu.ufmg.br](mailto:Editora@bu.ufmg.br)

[www.editora.ufmg.br](http://www.editora.ufmg.br)

## Sumário

Nota da Tradutora	7
Torres de Babel	11
Títulos de Jacques Derrida Publicados no Brasil	73

## Nota da Tradutora

Traduzir um texto que aborda e expõe os limites intransponíveis da tradução faz dessa tarefa um empreendimento bastante árduo, lembrando incessantemente ao tradutor sua incapacidade de reproduzir a *verdadeira* intenção do texto original. Seja na tentativa de transpor as particularidades da língua, seja no desejo de resgatar a estética do texto em outra língua ou, ainda, na esperança de não destruir as diversas possibilidades de descobrir a escritura que se esconde na produção da escrita. Esperança e angústia diante do endividamento e da capacidade ou incapacidade de renovar o original, de permitir-lhe uma *sobrevida*.

As dificuldades de tradução em "Des tours de Babel" começam pela intradutibilidade do título, sua multiplicidade de sentidos e de associações possíveis. Torres, giros, voltas, circunlocuções, viagens, passeios, vias, peças, vezes, tornos, truques, e até mesmo desvios se confundem

na confusão de Babel. Um texto rico em interseções, que abriga outros textos e textos por sua vez já traduzidos. Uma tradução que acolhe outra tradução e que traduz a tradução. Assim, Derrida cita partes da Gênese traduzidas para o francês por Segond ou Chouraqui e que traduzo para o português; ou ainda partes do texto sobre "A tarefa do tradutor", de Benjamin, que Maurice de Gandillac traduziu do alemão para o francês e que retransmito em português, efetuando assim uma segunda operação lingüística. Derrida lança mão de colchetes para citar Benjamin no alemão ou para tecer comentários dentro de citações. Usei do mesmo procedimento para as palavras criadas por ele em francês, ou sem correspondente em português, por sua vez recriadas no ato da tradução. O ensaio de Derrida não é um texto despretensioso para leitores desavisados. Termos, expressões, conceitos, sonoridades, metáforas, construções de frases, pontuações e jogos de palavras não contracenam por acaso. Sendo assim, a opção feita neste trabalho, resultado do hímeneu com seu modelo, foi no sentido de preservar ao máximo o original e evitar interferências ou mudanças bruscas de estilo, em favor de uma fácil compreensão em português.

Gostaria ainda de salientar que a presente tradução foi feita a partir de sua edição revisada, publicada no livro de ensaios *Psyché: inventions de l'autre*, conforme me solicitou Jacques Derrida. As primeiras edições, em francês e inglês, serviram apenas como fonte de informação.

Agradeço os preciosos conselhos de Marcos Moreira e a minuciosa revisão de Iracema Barreto, tão importantes na realização desta *tarefa*.

Junia Barreto

## Torres de Babel

Babel: antes de tudo um nome próprio, seja. Mas quando dizemos Babel, hoje, sabemos o que nomeamos? Sabemos quem nomeamos? Consideremos a sobrevida de um texto legado, a narrativa ou o mito da torre de Babel: ele não forma uma *figura* em meio a outras. Falando ao menos da inadequação de uma língua a outra, de um lugar da enciclopédia a outro, da linguagem a ela mesma e ao sentido, ele também fala da necessidade da figuração, do mito, dos tropos, das circunlocuções [des tours], da tradução inadequada para suprir aquilo que a multiplicidade nos interdiz. Nesse sentido, ele seria o mito da origem do mito, a metáfora da metáfora, a narrativa da narrativa, a tradução da tradução. Ele não seria a única estrutura a se aprofundar assim, mas o faria à sua maneira (ela mesma *por pouco* intraduzível, como um nome próprio) e seria necessário salvar seu idioma.

A “torre de Babel” não configura apenas a multiplicidade irreductível das línguas, ela exhibe um não-acabamento,

a impossibilidade de completar, de totalizar, de saturar, de acabar qualquer coisa que seria da ordem da edificação, da construção arquitetural, do sistema e da arquitetura-nica. O que a multiplicidade de idiomas vai limitar não é apenas uma tradução "verdadeira", uma *entr'expression* [entr'expression] transparente e adequada, mas também uma ordem estrutural, uma coerência do *constructum*. Existe aí (traduzamos) algo como um limite interno à formalização, uma incompletude da estrutura [*constructure*]. Seria fácil e até certo ponto justificado ver-se aí a tradução de um sistema em desconstrução.

Não se deveria jamais passar em silêncio a questão da língua na qual se coloca a questão da língua e se traduz um discurso sobre a tradução.

Em primeiro lugar: em qual língua a torre de Babel foi construída e desconstruída? Numa língua no interior da qual o nome próprio Babel podia, por confusão, ser traduzido também por "confusão". O nome próprio Babel, enquanto nome próprio, deveria permanecer intraduzível mas, por uma espécie de confusão associativa que uma única língua tornava possível, pôde-se acreditar traduzi-lo, nessa mesma língua, por um nome comum significando o que nós traduzimos por confusão. Voltaire surpreendia-se assim no seu *Dictionnaire philosophique*, no artigo "Babel":

Não sei por que é dito na Gênese que Babel significa confusão; pois *Ba* significa pai nas línguas orientais, e

*Bel* significa Deus; Babel significa a cidade de Deus, a cidade santa. Os antigos davam esse nome a todas as suas capitais. Mas é incontestável que Babel quer dizer confusão, seja porque os arquitetos foram confundidos após terem erguido sua obra até oitenta e um mil pés judeus,<sup>1</sup> seja porque as línguas se confundiram; e é evidentemente desde esse tempo que os alemães não entendem mais os chineses; pois, segundo o sábio Bochart, está claro que o chinês é originariamente a mesma língua que o alto-alemão.

A ironia tranqüila de Voltaire quer dizer que Babel quer dizer: não é apenas um nome próprio, a referência de um significante puro a um real singular — e a esse título intraduzível —, mas um nome comum relacionado à generalidade de um sentido. Esse nome comum *quer-dizer*, não somente a confusão, mesmo que "confusão" tenha ao menos dois sentidos, e Voltaire está atento a isso: à confusão das línguas mas também ao estado de confusão no qual se encontram os arquitetos diante da estrutura interrompida, se bem que uma certa confusão já tenha começado a afetar os dois sentidos da palavra "confusão". A significação de "confusão" é confusa, ao menos dupla. Mas Voltaire sugere ainda outra coisa: Babel não quer dizer apenas confusão no duplo sentido dessa palavra,

<sup>1</sup> O pé judaico é uma antiga unidade de medida que equivale a 1.036 pés ingleses, ou a 31,58 cm. Dessa maneira, a Torre de Babel mediria incríveis 25.580 m. [N.T.]

mas também o nome do pai, mais precisamente e mais comumente, o nome de Deus como nome do pai. A cidade carregaria o nome de Deus o pai e do pai da cidade que se chama confusão. Deus, o Deus teria marcado com seu patrônimo um espaço comunitário, essa cidade onde não se pode mais se entender. E não se pode mais se entender quando há apenas o nome próprio, e não se pode mais se entender quando não há mais que o nome próprio. Dando seu nome, dando todos os nomes, o pai estaria na origem da linguagem e esse poder pertenceria de direito a Deus o pai. E o nome de Deus o pai seria o nome dessa origem das línguas. Mas é também esse Deus que, no movimento de sua cólera (como o Deus de Boehme<sup>2</sup> ou de Hegel, aquele que sai dele, determina-se na sua finitude e assim produz a história), anula o dom das línguas, ou ao menos o desume, semeia a confusão entre seus filhos e envenena o presente (*Gift-gift*). É também a origem das línguas, da multiplicidade dos idiomas, dito de outra maneira, daquilo que se chama correntemente de línguas maternais. Pois toda essa história desdobra-se em filiações, gerações e genealogias: semíticas. Antes da desconstrução de Babel, a grande família semítica acabara de fundar seu império, ela o queria universal, e sua língua, que ela também tenta impor ao universo. O momento desse projeto precede

<sup>2</sup> Boehme ou Böhme, Jakob (1575-1624). Místico alemão de confissão luterana, chamado de "philosophus teutonicus". [N.T.]

imediatamente a desconstrução da torre. Cito duas traduções francesas. O primeiro tradutor mantém-se bastante longe daquilo que se queria chamar a "literalidade", em outras palavras, da figura hebraica, para dizer "língua", lá onde o segundo, atento à literalidade (metafórica ou de preferência metonímica), diz "lábio", pois em hebreu designa-se por "lábio" o que chamamos, por uma outra metonímia, "língua". Será preciso dizer multiplicidade dos lábios e não das línguas para nomear a confusão babélica. O primeiro tradutor, Louis Segond, autor da Bíblia Segond, publicada em 1910, escreve o seguinte:

Estão aí os filhos de Sem, segundo suas famílias, segundo suas línguas, segundo seus países, segundo suas nações. Tais são as famílias dos filhos de Noé, segundo suas gerações, segundo suas nações. E é deles que surgiram as nações que se propagaram sobre a terra depois do dilúvio. Toda a terra tinha uma única língua e as mesmas palavras. Como eles haviam partido da origem, encontraram uma planície do país de Schinear e aí habitaram. Eles disseram um ao outro: Vamos! façamos tijolos e os cozinhemos ao fogo. E o tijolo serviu-lhes de pedra e o betume serviu-lhes de cimento. Eles ainda disseram: Vamos! edificamos uma cidade e uma torre cujo topo toque o céu, e nos façamos um nome, a fim de que não sejamos dispersados sobre a face de toda a terra...

Não sei como interpretar essa alusão à substituição ou à transmutação dos materiais, o tijolo tornando-se

pedra e o betume servindo de argamassa. Isso já se assemelha a uma tradução, a uma tradução da tradução. Mas deixemos e substituamos uma segunda tradução à primeira. É aquela de Chouraqui. Ela é recente e se pretende mais literal, quase *verbum pro verbo* como Cícero dizia que não se devia sobretudo fazer, em um de seus primeiros conselhos ao tradutor que se pode ler no seu *Libellus de optimo genero oratorum*. E-ia:

Eis os filhos de Shem / por seus clãs, por suas línguas,  
/ nas suas terras, por seus povos. / Eis os clãs dos  
filhos de Noah por seu gesto, nos seus povos: / deles  
se cindem os povos sobre a terra, depois do dilúvio. / E  
é toda a terra: um só lábio, de únicas palavras. / E é na  
sua partida do Oriente: eles encontram um canyon, / na  
terra de Shiné'ar. / Eles aí se estabelecem. / Eles dizem,  
cada um a seu semelhante: / "Vamos, construamos os  
tijolos,<sup>3</sup> / chamusquemo-los na chama." / O tijolo torna-se  
para eles pedra, o betume, argamassa. / Eles dizem: /  
"Vamos, edificuemo-nos uma cidade e uma torre. / Sua  
cabeça: aos céus. / Façamo-nos um nome, / que nós  
não sejamos dispersados sobre a face de toda a terra.

O que lhes sucede? Dito de outra maneira, do que Deus os pune dando seu nome, visto que ele não o dá a nada nem a ninguém, clamando seu nome, o nome próprio de

<sup>3</sup> A tradução literal seria "tijolemos os tijolos" / *briquetons des briques*, forma não aceita no português. [N.T.]

"confusão" que será sua marca e seu selo? Ele os pune por terem querido construir à altura dos céus? Por terem querido alcançar o mais alto, até o altíssimo?<sup>4</sup> Talvez, sem dúvida por isso, mas incontestavelmente por terem querido assim se fazer *um nome*, dar a eles mesmos o nome, construir eles mesmos seu próprio nome, reunir-se aí ("que nós não sejamos mais dispersados..."<sup>5</sup>) como na unidade de um lugar que é ao mesmo tempo uma língua e uma torre, uma como a outra. Ele os pune por terem querido assim se assegurar, por si mesmos, uma genealogia única e universal. Pois o texto da Gênese encadeia imediatamente, como se tratasse da mesma intenção: erguer uma torre, construir uma cidade, se fazer um nome numa língua universal que seja também um idioma, e reunir uma filiação:

Eles dizem: "Vamos, edificuemos uma cidade e uma torre. / Sua cabeça: aos céus. / Façamo-nos um nome, / que nós não sejamos dispersados sob a face de toda a terra." YHWH<sup>6</sup> desce para ver a cidade e a torre / que

<sup>4</sup> No original, *três-haut*. *Le Très-Haut* em francês é Deus. Na primeira edição deste texto, Derrida usou a expressão em maiúsculas. [N.T.]

<sup>5</sup> É interessante notar que em nenhuma das duas versões da Bíblia apresentadas por Derrida (a de Segond e a de Chouraqui) constava a palavra *plus/mais*. [N.T.]

<sup>6</sup> YHWH, *YAHWEH* em hebraico, *Yahvé* em francês, Jeová ou Javé em português, nome próprio de Deus no Antigo Testamento. Tetragrama que os judeus consideravam, desde muito cedo, impronunciável. [N.T.]



edificaram os filhos dos homens. / YHWH diz: / "Sim! Um só povo, um só lábio para todos: / eis o que eles começam a fazer! / (...) Vamos! Desçam! Confundam aí seus lábios, / o homem não compreenderá mais a língua do seu próximo." [Depois ele dissemina os Sem, e a disseminação é aqui desconstrução] "YHWH os dispersa daí sobre a face de toda a terra. / Eles cessam de edificar a cidade. / Sobre o que ele clama seu nome: Bavel, Confusão, / pois aí, YHWH confunde o lábio de toda a terra, / e daí YHWH os dispersa sobre a face de toda a terra.

Não se pode então falar de um ciúme de Deus? Por ressentimento contra esse nome e esse lábio únicos dos homens, ele impõe seu nome, seu nome de pai; e dessa imposição violenta enceta a desconstrução da torre como da língua universal e dispersa a filiação genealógica. Ele rompe a linhagem. Ele impõe e interdiz ao mesmo tempo a tradução. Ele a impõe e a interdiz, constringe a isso, mas como em situação de xeque,<sup>7</sup> filhos que doravante *portarão* seu nome. A partir de um nome próprio de Deus, vindo de Deus, descendente de Deus ou do pai (e está bem dito que YHWH, nome impronunciável, *descende* em direção à torre), a partir dessa *marca*, as línguas se dispersam, se confundem ou se multiplicam, segundo uma

<sup>7</sup> À *réhec*: expressão que no contexto remete ao jogo de xadrez, a uma situação de perigo e de limite, mas que, traduzida literalmente, significa ao fracasso, ao insucesso. [N.T.]

descendência que na sua dispersão mesma permanece selada do único nome que terá sido o mais forte, do único idioma que terá predominado. Ora, esse idioma carrega nele mesmo a marca da confusão; ele quer dizer impropriamente o impróprio, a saber, Bavel, confusão. A tradução torna-se então necessária e impossível como o efeito de uma luta pela apropriação do nome, necessária e interdita no intervalo entre dois nomes absolutamente próprios. E o nome próprio de Deus já se divide o bastante na língua, para significar também, confusamente, "confusão". E a guerra que ele declara faz inicialmente furor no interior de seu nome: dividido, bifido, ambivalente, polissêmico: *Deus desconstrói*. Ele mesmo. "And he war", lemos em *Finnegans Wake*, e poderíamos seguir toda essa história na direção de Shem e de Shaun.<sup>8</sup> O *he war* não ata apenas, nesse lugar, um número incalculável de fios fônicos e semânticos no contexto imediato e em todo esse livro babélico; ele diz a declaração de guerra (em inglês) daquele que diz: "Eu sou aquele que sou"<sup>9</sup> e que assim foi (*war*), *terá sido* intraduzível na sua performance mesma, *ao menos nesse fato* que se enuncia em mais de uma

<sup>8</sup> *Shem*, em grego e em português Sem, filho de Noé, irmão de Jafé e de Cam, do grego *Ham* (Shaun de *Finnegans Wake*?). [N.T.]

<sup>9</sup> "Je suis celui qui suis" et qui *ainsi fut*: atentar para o duplo sentido contido nessa frase, onde *je suis* pode também ser traduzido por *eu sigo*. Foneticamente, as possibilidades são ainda maiores. [N.T.]

língua ao mesmo tempo, ao menos no inglês e no alemão. Se mesmo a tradução infinita de si esgotasse o fundo semântico, ela traduziria ainda *uma* língua e perderia a multiplicidade do *he war*. Deixemos para uma outra vez uma leitura menos rapidamente interrompida desse *he war*<sup>10</sup> e notemos um dos limites das teorias da tradução: eles tratam bem freqüentemente das passagens de uma língua a outra e não consideram suficientemente a possibilidade para as línguas, *a mais de duas*, de estarem implicadas em um texto. Como traduzir um texto escrito em diversas línguas ao mesmo tempo? Como "devolver" o efeito de pluralidade? E se se traduz para diversas línguas ao mesmo tempo, chamar-se-á a isso traduzir?

Babel, nós o recebemos hoje como um nome próprio. Certamente, mas nome próprio de que e de quem? Às vezes de um texto narrativo contando uma história (mítica, simbólica, alegórica, pouco importa por enquanto), de uma história na qual o nome próprio, que então não é mais o título da narrativa, nomeia uma torre ou uma cidade, mas uma torre ou uma cidade que recebem seu nome de um acontecimento durante o qual YHWH "clama seu nome". Ora, esse nome próprio, que nomeia já ao menos três vezes e três coisas diferentes, tem também como nome próprio, é toda a história, a função de um nome comum. Essa história conta, entre outras coisas, a

<sup>10</sup> Cf. GALLIÉE, 1986. *Ulysse gramophone, Deux mots pour Joyce*.

origem da confusão das línguas, a multiplicidade dos idiomas, a tarefa necessária e impossível da tradução, sua necessidade *como* impossibilidade. Porém, concede-se em geral pouca atenção a esse fato: é na tradução que mais freqüentemente lemos essa narrativa. E nessa tradução, o nome próprio guarda um destino singular visto que não está traduzido na sua aparição de nome próprio. Ora, um nome próprio, enquanto tal, permanece sempre intraduzível, fato a partir do qual pode-se considerar que ele não pertence, rigorosamente, da mesma maneira que as outras palavras, à língua, ao sistema da língua, que ela seja traduzida ou traduzante [*traduisante*]. E, no entanto, "Babel", acontecimento numa só língua, aquela na qual ele aparece para formar um "texto", tem também um sentido comum, uma generalidade conceitual. Seja por um jogo de palavras ou por uma associação confusa, pouco importa: "Babel" podia ser entendida numa língua com o sentido de "confusão". Por conseguinte, da mesma forma que Babel é ao mesmo tempo nome próprio e nome comum, Confusão torna-se também nome próprio e nome comum, um como o homônimo do outro, o sinônimo também, mas não o equivalente, pois não seria questão de confundir-los no seu valor. É para o tradutor sem solução satisfatória. O recurso à aposição e à maiúscula ("Sobre o que ele clama seu nome: Babel, Confusão...") não traduz de uma língua noutra. Ele comenta, explica, parafraseia, mas não traduz. No máximo ele esboça uma análise dividindo o equívoco em duas palavras lá onde a confusão

concentra-se em potência, em toda a sua potência, na tradução interna, se se pode dizer, que trabalha o nome na língua dita original. Pois na língua mesma da narrativa original, há uma tradução, uma espécie de translação que dá imediatamente (por alguma confusão) o equivalente semântico do nome próprio que, por ele mesmo, na qualidade de puro nome próprio, não o teria. Para dizer a verdade, essa tradução intralingüística se opera imediatamente; não é nem mesmo, no sentido estrito, uma operação. Contudo, aquele que fala a língua da Gênese podia estar atento ao efeito do nome próprio apagando o equivalente conceptual (como pedra em Pedro, e são dois valores ou duas funções absolutamente heterogêneas). Ficar-se-ia então tentado a dizer *primeiramente* que um nome próprio, no sentido próprio, não pertence propriamente à língua; ele não pertence a ela, *ainda que e porque* seu apelo a torna (e) possível (que seria uma língua sem possibilidade de apelar ao nome próprio?); consequentemente ele não pode se inscrever propriamente na língua senão deixando-se nela traduzir, isto é, *interpretar* no seu equivalente semântico: desde esse momento ele não pode mais ser recebido como nome próprio. O nome "pedra" pertence à língua francesa, e sua tradução numa língua estrangeira deve em princípio transportar seu sentido. Não é o mesmo caso de "Pedro", cujo pertencimento à língua francesa não é assegurado; e em todo caso, não do mesmo tipo. Peter, nesse sentido, não é uma *tradução* de Pierre,

da mesma forma que Londres não é uma tradução de London etc. *Em segundo lugar*, o sujeito cuja língua dita maternal seria a língua da Gênese pode bem entender Babel como "confusão", ele opera então uma tradução *confusa* do nome próprio no seu equivalente comum sem ter necessidade de uma outra palavra. É como se existissem aí duas palavras, dois homônimos dos quais um tem valor de nome próprio e o outro de nome comum: entre os dois, uma tradução que se pode avaliar bem diversamente. Ela pertence a esse gênero que Jakobson chama tradução intralingual ou reformulação (*rewording*)? Não creio: o *rewording* concerne às relações de transformação entre nomes comuns e frases ordinárias. O ensaio *On translation* (1959) distingue três formas de tradução. A tradução *intralingual* interpreta signos lingüísticos por meio de outros signos da mesma língua. Isso supõe evidentemente que se saiba, em última instância, como determinar rigorosamente a unidade e a identidade de uma língua, a forma decidível de seus limites. Existiria em seguida o que Jakobson chama lindamente de tradução "propriamente dita", a tradução *interlingual* que interpreta signos lingüísticos por meio de uma outra língua, o que remete à mesma pressuposição da tradução intralingual. Existiria enfim a tradução intersemiótica ou *transmutação* que interpreta, por exemplo, signos lingüísticos por meio de signos não lingüísticos. Para as duas formas de tradução, que não seriam traduções "propriamente ditas", Jakobson propõe

um equivalente definitório e uma outra palavra. A primeira, ele a traduz, pode-se dizer, por uma outra palavra: tradução intralingual ou *reformulação*, *rewording*. A terceira igualmente: tradução *intersemiótica* ou *transmutação*. Nesses dois casos, a tradução de "tradução" é uma interpretação definitória. Mas no caso da tradução "propriamente dita", da tradução no sentido usual, interlingüístico e pós-babélico, Jakobson não traduz, ele retoma a mesma palavra: "a tradução interlingual ou tradução propriamente dita". Ele supõe que não é necessário traduzir; todo mundo compreende o que isso quer dizer porque todo mundo tem a experiência disso, presume-se que todo mundo deve saber o que é uma língua, a relação de uma língua com a outra e, sobretudo, a identidade ou a diferença, de fato, de língua. Se existe uma transparência que Babel não teria encetado, é justamente aquela da experiência da multiplicidade das línguas e o sentido "propriamente dito" da palavra "tradução". Em relação a essa palavra, quando se trata de tradução "propriamente dita", os outros usos da palavra "tradução" estariam em situação de tradução intralingual e inadequada, como metáforas, em suma, dos tornos ou torneamentos [tours ou tournures] da tradução no sentido próprio. Ter-se-ia então uma tradução no sentido próprio e uma tradução no sentido figurado. E para traduzir uma na outra, no interior da mesma língua ou de uma língua à outra, no sentido figurado ou no sentido próprio, enveredar-se-ia por vias que revelariam

rapidamente o que essa tripartição tranquilizadora pode ter de problemática. Muito rapidamente: no instante mesmo em que pronunciando Babel experimentamos a impossibilidade de decidir se esse nome pertence, propriamente e simplesmente, a *uma* língua. E o que importa é que essa indecidibilidade elabore uma luta pelo nome próprio no interior de uma cena de dívida genealógica. Procurando "se fazer um nome", fundar ao mesmo tempo uma língua universal e uma genealogia única, os Semitas querem colocar a razão no mundo, e essa razão pode significar simultaneamente uma violência colonial (pois eles universalizariam assim seu idioma) e uma transparência pacífica da comunidade humana. Inversamente, quando Deus lhes impõe e opõe seu nome, ele rompe a transparência racional, mas interrompe também a violência colonial ou o imperialismo lingüístico. Ele os destina à tradução, ele os sujeita à lei de uma tradução necessária e impossível; por conseguinte, do seu nome próprio traduzível-intraduzível, ele libera uma razão universal (esta não será mais submetida ao império de uma nação particular), mas ele limita por isso a universalidade mesma: transparência proibida, univocidade impossível. A tradução torna-se a lei, o dever e a dívida, mas dívida que não se pode mais quitar. Tal insolubilidade encontra-se marcada diretamente no nome de Babel: que ao mesmo tempo se traduz e não se traduz, pertence sem pertencer a uma língua e endivida-se junto dele mesmo de uma dívida

insolvente, ao lado dele mesmo como outro. Tal seria a performance babélica.

Esse exemplo singular, ao mesmo tempo arquetípico e alegórico, poderia introduzir a todos os problemas teóricos da tradução. Mas nenhuma teorização, desde o momento que ela se produz em uma língua, poderá dominar a performance babélica. É uma das razões pelas quais prefiro aqui, em lugar de discutir sobre o modo teórico, tentar traduzir à minha maneira a tradução de um outro texto sobre a tradução. Sem quitá-las, reconheço assim uma de minhas numerosas dívidas em relação a Maurice de Gandillac.<sup>11</sup> Devemos-lhe, entre tantos outros ensinamentos insubstituíveis, ter introduzido e traduzido Walter Benjamin, e singularmente "Die Aufgabe des Übersetzers", ["A tarefa do tradutor"]. O que precede deveria conduzir-me de preferência a um texto anterior de Benjamin, *Sur le langage en général et sur le langage humain* (1916), igualmente traduzido por Maurice de Gandillac no mesmo volume (*Mythe et violence*. Denoël, 1971). A referência a Babel é aí explícita e acompanha-se

<sup>11</sup> Gandillac, Maurice (de) (1906-?). Professor de História da Filosofia na Sorbonne, de 1946 a 1977. Conviveu com as mais ilustres figuras da época, como Sartre, Cocteau, Simone de Beauvoir, Jankélévitch, Wahl e Bachelard. Professor de Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida. Gandillac é autor de importantes traduções do alemão e do latim para o francês (Hegel, Nietzsche, Lukacs, Benjamin, Abélard etc.). [N.T.]

de um discurso sobre o nome próprio e sobre a tradução. Mas, diante do caráter aos meus olhos bastante enigmático desse ensaio, sua riqueza e suas sobredeterminações, tive que adiar essa leitura e me ater a "A tarefa do tradutor". Sua dificuldade não é sem dúvida menor, mas sua unidade permanece mais aparente, melhor centrada em torno de seu tema. De resto, esse texto sobre a tradução é também o Prefácio a uma tradução dos *Tableaux parisiens* de Baudelaire, e eu o li primeiramente na tradução francesa que nos dá Maurice de Gandillac. E, contudo, a tradução, é ela somente um tema para esse texto, e sobretudo seu tema primeiro?

O título diz também, desde sua primeira palavra, da tarefa (*Aufgabe*), da missão à qual se está (sempre pelo outro) destinado: o engajamento, o dever, a dívida, a responsabilidade. O que já está em jogo é uma lei, de uma injunção à qual o tradutor deve responder. Ele *deve* *quitar-se* também, e de qualquer coisa que *implique talvez* uma falha, uma queda, uma falta, até mesmo um crime. Ver-se-á que o ensaio tem por horizonte a "reconciliação". E tudo isso dentro de um discurso, multiplicando os motivos genealógicos e as alusões — mais ou menos metafóricas — à transmissão de uma semente familiar. O tradutor é endividado, ele se apresenta como tradutor na situação: da dívida; e sua tarefa é *devoiver*, de *devolver* o que devia ter sido dado. Entre as palavras que correspondem ao título de Benjamin (*Aufgabe*, o dever, a missão, a tarefa, o

problema, o que é designado, dado a fazer, dado a devolver), está desde o início *Wiedergabe*, *Sinnwiedergabe*, a restituição, a restituição do sentido. Como entender uma tal restituição, até mesmo uma tal quitação? E o quê do sentido? Quanto à *aufbegeben*, é também dar, expedir (emissão, missão) e abandonar.

Retenhamos por enquanto esse léxico do dom e da dívida, de uma dívida que poderia bem anunciar-se como insolúvel, de onde uma espécie de "transferência", amor e ódio, de quem está em situação de traduzir, intinado a traduzir, em relação ao texto a traduzir (eu não falo do signatário ou do autor do original), da língua e da escritura, do liame de amor que assina a nupcia entre o autor do "original" e sua própria língua. No centro do ensaio, Benjamin fala da restituição, que ela poderia bem ser impossível: dívida insolúvel no interior de uma cena genealógica. Um dos temas essenciais do texto é o "parentesco" das línguas em um sentido que não é mais tributário da lingüística histórica do século XIX, sem ser a ele totalmente estrangeiro. Possivelmente nos é aqui proposto pensar a possibilidade de uma lingüística histórica.

Benjamin acaba de citar Mallarmé: em francês, após ter deixado em sua própria frase uma palavra latina, que Maurice de Gandillac reproduziu no rodapé da página para marcar bem que por "gênio" ele não traduzia do alemão, mas do latim (*ingenium*). Mas, bem entendido, ele não podia fazer o mesmo com a terceira língua desse

ensaio, o francês de Mallarmé do qual Benjamin havia medido a intraduzibilidade. Uma vez mais: como traduzir um texto escrito em várias línguas ao mesmo tempo? Eis aqui a passagem sobre o insolúvel (eu cito como sempre a tradução francesa, contentando-me de incluir aqui e ali a palavra alemã que sustenta meu propósito):

Filosofia e tradução não são, contudo, futilidades, como pretendem os artistas sentimentais. Pois existe um gênio filosófico, cujo caráter mais próprio é a nostalgia dessa linguagem que se anuncia na tradução:

"Les langues imparfaites en cela que plusieurs, manque la suprême: penser é tant écrire sans accessoires, ni chuchotement mais tacite encore l'imortelle parole, la diversité, sur terre, des idiomes empêche personne de proférer les mots qui, sinon, se trouveraient, par une frappe unique, elle-même matériellement la vérité."<sup>12</sup>

Se a realidade que evocam essas palavras de Mallarmé, é aplicável, com todo rigor, ao filósofo, a tradução, com os germes (*Keimen*) que ela traz em si de uma tal linguagem, situa-se a meio caminho da criação literária e da teoria. Sua obra tem menos relevo, mas imprime-se bem profundamente na história.

<sup>12</sup> "As línguas imperfeitas porque várias, falta a suprema: pensar sendo escrever sem acessórios, nem cochicho mas tácita ainda a imortal palavra, a diversidade, sobre a terra, dos idiomas, impede pessoas de proférer as palavras que, de outro modo, se encontrariam, por um golpe único, ela mesma materialmente a verdade." [N.T.]

Se a tarefa do tradutor aparece sob essa luz, os caminhos de sua realização correm o risco de se obscurecerem de forma tanto mais impenetrável. Digamos mais: dessa tarefa que consiste, na tradução, em fazer amadurecer a semente de uma linguagem pura [*den Samen reiner Sprache zur Reife zu bringen*], parece impossível em algum momento quitá-la [*diese Aufgabe [...] scheint niemals lösbar*], parece que solução alguma permite defini-la [*in keiner Lösung bestimbar*]. Não a privamos de toda base se restituí-lhe o sentido deixa de ser o modelo de reprodução?

Inicialmente, Benjamin acaba de renunciar a traduzir Mallarmé, ele o deixou brilhar como uma medalha de um nome próprio no seu texto; mas esse nome próprio não é totalmente insignificante, ele se junta somente àquilo cujo sentido não se deixa transportar sem dano em uma outra linguagem ou em uma outra língua (*Sprache* não se traduz sem perda por uma ou por outra palavra). E no texto de Mallarmé, o efeito de propriedade intraduzível liga-se menos ao nome ou à verdade da adequação que ao único acontecimento de uma força performativa. Coloca-se então a questão: o terreno da tradução não vai faltar desde o instante em que a restituição do sentido (*Wiedergabe des Sinnes*) cessa de dar a medida? É o conceito usual da tradução que se torna problemático: ele implicava esse processo de restituição, a tarefa (*Aufgabe*) tornava a restituir (*wiedergeben*) o que era inicialmente *dado*, e o que era dado, era, pensava-se, o

sentido. Ora, as coisas se obscureciam quando se tentava acordar esse valor de restituição com aquele de maturação. Sobre qual terreno, em qual terreno acontecerá a maturação se a restituição do sentido dado não é mais a regra?

A alusão à maturação de uma semente poderia assemelhar-se a uma metáfora vitalista ou geneticista; ela viria assim amparar o código genealogista<sup>13</sup> e parental que parece dominar esse texto. De fato, se afigura necessário aqui inverter essa ordem e reconhecer o que propus alhures chamar “catástrofe metafórica”: primeiramente estamos longe de saber o que quer dizer “vida” ou “família” no momento em que nos servimos desses valores familiares para falar de linguagem e de tradução; é, ao contrário, a partir de um pensamento da língua e da sua “sobrevida” na tradução que acederíamos ao pensamento do que “vida” e “família” querem dizer. Essa reviravolta é expressamente operada por Benjamin. Seu Prefácio (pois, não esqueçamos, esse ensaio é um Prefácio) circula sem cessar entre os valores de semente, de vida e sobretudo de “sobrevida” (*Überleben* tem aqui uma relação essencial com *Übersetzen*). Ora, bem próximo do início, Benjamin parece propor uma comparação ou uma metáfora — ela começa por um “Da mesma forma que...” — e de repente tudo se locomove entre *Übersetzen*, *Übertragen*, *Überleben*:

<sup>13</sup> A escolha do substantivo *genealogiste* (s. m.) é proposital, pois o adjetivo *genealogique* (genealógico) existe em francês. [N.T.]

Da mesma forma que as manifestações da vida, sem nada significar para o vivo, estão com ele na mais íntima correlação, também a tradução procede do original. Certamente menos de sua vida que da sua "sobrevivida" ("Überleben"). Pois a tradução vem depois do original e, para as obras importantes, que não encontram jamais seu tradutor predestinado, no tempo de seu nascimento, ela caracteriza o estado de sua sobrevivida [Fortleben, desta vez, a sobrevivida como continuação da vida mais que como vida *post mortem*]. Ora, é na sua simples realidade, sem metáfora alguma [in *völlig unmetaphorischer Sachlichkeit*] que é preciso conceber para as obras de arte as idéias de vida e de sobrevivida [Fortleben].

E, segundo um esquema de aparência hegeliana, numa passagem muito circunscrita, Benjamin nos convoca a pensar a vida a partir do espírito ou da história e não a partir apenas da "corporalidade orgânica". Existe vida no momento em que a "sobrevivida" (o espírito, a história, as obras) excede a vida e a morte biológica: "É reconhecendo mais a vida em tudo aquilo que tenha história, e que não seja apenas teatro, que se faz justiça a esse conceito de vida. Pois é a partir da história, não da natureza [...] que é preciso finalmente circunscrever o domínio da vida. Assim nasce para o filósofo a tarefa (*Aufgabe*) de compreender toda vida natural a partir dessa vida, de mais vasta extensão, que é aquela da história."

Desde seu título — e por enquanto fico por aqui — Benjamin situa o *problema*, no sentido daquilo que

está precisamente *dianete de si* como uma tarefa: é aquele do tradutor e não da tradução (nem aliás, seja dito de passagem, da tradutora, e a questão não é negligenciável). Benjamin não fala da tarefa ou do problema da tradução. Ele nomeia o sujeito da tradução como sujeito envidado, obrigado por um dever, já em situação de herdeiro, inscrito como sobrevivente dentro de uma genealogia, como sobrevivente ou agente de sobrevivida. A sobrevivida das obras, não dos autores. Talvez a sobrevivida dos nomes de autores e das assinaturas, mas não dos autores.

Tal sobrevivida dá um pouco mais de vida, mais que uma sobrevivência. A obra não vive apenas mais tempo, ela vive *mais e melhor*, acima dos meios de seu autor.

O tradutor seria assim um receptor envidado, submetido ao dom e ao dado de um original? De forma alguma. Por diversas razões, entre as quais a que se segue: o elo ou a obrigação da dívida não passa entre um doador e um donatário, mas entre dois textos. (duas "produções" ou duas "criações"). Isso é evidente desde a abertura do Prefácio e se quisermos abstrair das teses, eis aqui algumas delas, com a brutalidade da extração:

1 - A tarefa do tradutor não se anuncia a partir de uma *recepção*. A teoria da tradução não depende, no essencial, de qualquer teoria da recepção, mesmo se ela pode inversamente contribuir a torná-la possível e relatá-la.



2 - A tradução não tem por destinação essencial *comunicar*. Não mais que o original, e Benjamin mantém, ao abrigo de toda contestação possível ou ameaçadora, a dualidade rigorosa entre o original e a versão, o traduzido e o traduzante [*traduisant*], mesmo se ele desloca a relação. E ele se interessa pela tradução de textos poéticos ou sagrados que dariam aqui a essência da tradução. Todo o ensaio se desenvolve entre o poético e o sagrado, para remontar do primeiro ao segundo, o qual indica o ideal de toda tradução, o tradutível [traductible] puro: a versão intralinear do texto sagrado seria o modelo ou o ideal (*Urbind*) de toda tradução possível em geral. Ora, é a segunda tese: para um texto poético ou para um texto sagrado, a comunicação não é o essencial. Esse questionamento não concerne diretamente à estrutura comunicante da linguagem, mas, de preferência, à hipótese de um conteúdo comunicável que se distinguiria rigorosamente do ato linguístico da comunicação. Em 1916, a crítica do semiotismo e da "concepção burguesa" da linguagem já visava essa distribuição: meio, objeto, destinatário. "Não existe conteúdo da linguagem." O que comunica em primeiro lugar a linguagem é sua "comunicabilidade" (*Sur le langage...*, trad. M. de Gandillac, p. 85). Dir-se-ia que uma abertura é assim feita em direção à dimensão performativa dos enunciados? Em todo caso isso nos põe em guarda frente a uma precipitação: isolar conteúdos e teses em *A tarefa do tradutor*, e traduzi-los

de outro modo que não como a assinatura de uma espécie de nome próprio destinada a assegurar sua sobrevivência como obra.

3 - Se existe entre texto traduzido e texto traduzante uma relação de "original" à versão, ela não poderia ser *representativa* ou *reprodutiva*. A tradução não é nem uma imagem nem uma cópia.

Essas três precauções tomadas (nem recepção, nem comunicação, nem representação), como se constituem a dívida e a genealogia do tradutor? Ou, em primeiro lugar, do que é *a-traduzir*, do *a-traduzir*?

Sigamos o fio de vida ou de sobrevivência, por toda parte onde ele comunique com o movimento do parentesco. Quando Benjamin recusa o ponto de vista da recepção, o que não é para ele denegar toda pertinência, ele terá sem dúvida feito muito para preparar para uma teoria da recepção na literatura. Mas ele quer inicialmente voltar à instância do que ainda chama o "original", não enquanto ela produz seus receptores ou seus tradutores, mas enquanto ela os requer, manda, demanda ou comanda estabelecendo a lei. E é a estrutura dessa demanda que parece aqui a mais singular. Por onde ela passa? Em um texto literário — digamos mais rigorosamente nesse caso "poético" — ela não passa pelo dito, o enunciado, o comunicado, o conteúdo ou o tema. E quando, nesse contexto, Benjamin diz ainda "comunicação"

ou "enunciação" (*Mitteilung, Aussage*), não é do ato, mas do conteúdo que visivelmente ele fala: "Mas o que 'diz' uma obra literária (*Dichtung*)? O que ela comunica? Muito pouco a quem a compreende. O que ela tem de essencial não é comunicação, não é enunciação."

A demanda parece então passar, e mesmo ser formulada pela *forma*. "A tradução é uma forma" e a lei dessa forma tem seu primeiro lugar no original. Essa lei se coloca inicialmente, repitamos, como uma demanda ao sentido forte, uma exigência que delega, manda, prevê, designa. Quanto a essa lei como demanda, duas questões podem surgir: elas são de essência diferente. Primeira questão: em meio à totalidade de seus leitores, a obra pode a cada vez encontrar o tradutor que seja, de algum modo, capaz dela? Segunda questão e, diz Benjamin, "mais propriamente", como se essa questão tornasse a precedente mais apropriada, ao passo que, nós veremos, ele lhe dá todo um outro valor: "Devido a sua essência [a obra], ela suporta e, se assim é — conforme a significação dessa forma —, exige ser traduzida?"

A essas duas questões a resposta não seria da mesma natureza ou do mesmo modo. *Problemática* no primeiro caso, não necessária (o tradutor capaz da obra pode aparecer ou não aparecer, mas mesmo se não aparece, isso não muda nada quanto à demanda e à estrutura da injunção vinda da obra), a resposta é propriamente *apodíctica* no segundo caso: necessária, *a priori*,

demonstrável, absoluta pois ela vem da lei interior do original. Este *exige* a tradução mesmo se tradutor algum está ali, em condição de responder a essa injunção que é, ao mesmo tempo, demanda e desejo na própria estrutura do original. Essa estrutura é a relação da vida com a sobrevivência. Essa exigência do outro como tradutor, Benjamin a compara ao tal instante inesquecível da vida: ele é vivido *como* inesquecível, ele é inesquecível mesmo se, de fato, o esquecimento termina por levar a melhor. Ele terá sido inesquecível, está aí sua significação essencial, sua essência apodíctica; o esquecimento não chega a esse inesquecível a não ser por acidente. A exigência do inesquecível — que aqui é constitutiva — não é de forma alguma encetada pela finitude da memória. Da mesma forma, a exigência da tradução não sofre nada em não ser satisfeita; contudo, ela não sofre na qualidade de estrutura própria da obra. Nesse sentido a dimensão *sobrevivente* é um *a priori* — e a morte não mudaria isso em nada. Não mais que a exigência (*Forderung*) que atravesse a obra original à qual somente pode responder ou corresponder (*entsprechen*) "um pensamento de Deus". A tradução, o desejo de tradução não é pensável sem essa *correspondência* com um pensamento de Deus. No texto de 1916 que já acordava a tarefa do tradutor, sua *Aufgabe*, à resposta feita ao dom das línguas e ao dom do nome (*Gabe der Sprache, Gebung des Namens*), Benjamin nomeava Deus nesse lugar, aquele de uma correspondência autorizando, tornando possível, ou garantindo a

correspondência entre as linguagens engajadas na tradução. Nesse contexto restrito, tratar-se-ia afinal das relações entre linguagem das coisas e linguagem dos homens, entre o mudo e o falante, o anônimo e o nomeável, mas o axioma valeria sem dúvida para toda tradução: "... a objetividade dessa tradução está garantida em Deus" (trad. M. de Gandillac, p. 91). A dívida, no começo, forma-se na cavidade desse "pensamento de Deus".

Estranha dívida que não liga ninguém a ninguém. Se a estrutura da obra é "sobrevida", a dívida não engaja junto a um sujeito-autor presumido do texto original — o morto ou o mortal, o morto do texto —, mas a outra coisa que represente a lei *forma* na imanência do texto original. Em seguida, a dívida não engaja a restituir uma cópia ou uma boa imagem, uma representação fiel do original: este, o sobrevivente, está ele mesmo em processo de transformação. O original se dá modificando-se, esse dom não é o de um objeto dado, ele vive e sobrevive em mutação: "Pois na sobrevivida, que não mereceria esse nome se ela não fosse mutação e renovação do vivo, o original se modifica. Mesmo para as palavras solidificadas existe ainda uma pós-maturação."

Pós-maturação (*Nachreife*) de um organismo vivo ou de uma semente: também não é, simplesmente, uma metáfora, para as razões já entrevistas. No seu sentido próprio, a história da língua é determinada como "crescimento", "santo crescimento das línguas".

4 - Se a dívida do tradutor não o engaja nem com respeito ao autor (morto mesmo se ele está vivo desde o momento que seu texto tem estrutura de sobrevivida) nem no que respeita a um modelo que ele precisaria reproduzir ou representar, com o que, com quem ela se engaja? Como nomear isso, esse *que* ou esse *quem*? Qual é o nome próprio se não aquele do autor acabado, o morto ou o mortal do texto? E quem é o tradutor que se engaja assim, que se encontra talvez *engajado* por outro antes de estar engajado ele mesmo? Como o tradutor se encontra, quanto à sobrevivida do texto, na mesma situação que seu produtor acabado e mortal (seu "autor"), não é ele, não ele mesmo enquanto acabado e mortal, que se engaja. Então quem? É certamente ele mas em nome de quem e do quê? A questão dos nomes próprios é aqui essencial. Lá onde o ato do vivo mortal parece contar menos que a sobrevivida do texto *em tradução* — traduzido e traduzante —, é preciso que a assinatura do nome próprio se distinga e não se apague tão facilmente do contrato ou da dívida. Não esqueçamos que Babel nomeia uma luta pela sobrevivida do nome, da língua ou dos lábios.

De sua altura, Babel a cada instante vigia e surpreende minha leitura: eu traduzo, eu traduzo a tradução de Maurice de Gandillac de um texto de Benjamin que, prefaciando uma tradução, faz dela pretexto para dizer a que e em que todo tradutor está engajado — e nota de passagem, peça essencial de sua demonstração, que não

*Levi-Strauss, et al. d  
Comp. no Sal. Herbetino*

poderia aí existir tradução da tradução. Será preciso lembrar-se disso.

Evocando essa estranha situação, não quero apenas, não essencialmente, reduzir meu papel àquele de um passador ou de um passante. Nada é mais grave que uma tradução. Eu gostaria preferencialmente de marcar que todo tradutor está em posição de falar *da* tradução, em um lugar que não é nada menos que segundo ou secundário. Pois se a estrutura do original é marcada pela exigência de ser traduzido, é que, fazendo disso a lei, o original começa por enviduar-se também em relação ao tradutor. O original é o primeiro deverdor, o primeiro demandador, ele começa por faltar — e por lastimar após a tradução. Essa demanda não é apenas do lado dos construtores da torre que querem se fazer um nome e fundar uma língua universal se traduzindo dela mesma; ela também obriga o desconstrutor da torre: dando seu nome, Deus também invocou a tradução, não apenas entre as línguas tornadas subitamente múltiplas e confusas, mas primeiramente *de seu nome*, do nome que ele clamou, deu e que deve traduzir-se por confusão para ser entendido, portanto, para deixar entender que é difícil traduzi-lo e assim entendê-lo. No momento em que ele impõe e opõe sua lei àquele da tribo, ele é também demandador de tradução. Ele também está enviduado. Ele não parou de lastimar após a tradução de seu nome, ao passo que ele mesmo a interdita. Pois Babel é intraduzível. Deus

lamenta sobre seu nome. Seu texto é o mais sagrado, o mais poético, o mais originário posto que ele cria e se dá um nome, e não fica por isso menos indigente em sua força e em sua própria riqueza, ele clama por um tradutor. Como em *La folie du jour*, a lei não comanda sem demandar ser lida, decifrada, traduzida. Ela demanda a transferência (*Übertragung* e *Übersetzung* e *Überleben*). O *duplo bind*<sup>14</sup> está na lei. Em Deus mesmo, e é preciso seguir rigorosamente a consequência: *em seu nome*.

Insolvente de ambos os lados, o duplo enviduamento passa entre os nomes. Ele ultrapassa *a priori* os portadores dos nomes se se entendem por isso os corpos mortais que desaparecem atrás da sobrevida do nome. Ora, um nome próprio pertence e não pertence, digamos, à língua, nem mesmo, precisemos agora, ao corpus do texto a traduzir, do *a-traduzir*.

A dívida não empenha sujeitos vivos, mas nomes, à margem da língua ou, mais rigorosamente, o traço contraindo a relação do dito sujeito vivo ao seu nome enquanto que este se mantém à margem da língua. E esse traço seria aquele do *a-traduzir* de uma língua a outra, dessa margem a outra do nome próprio. Esse contrato de língua entre diversas línguas é absolutamente

<sup>14</sup> *Bind*: palavra do inglês que significa coisa que liga, fita, liga, ligadura, laço; em alemão, *binde* quer dizer ligadura, e o verbo (*ver*) *binden* quer dizer ligar. [N.T.]

singular. Em primeiro lugar, ele não é o que se chama em geral contrato de língua: o que garante a instituição de uma língua, a unidade de seu sistema e o contrato social que liga uma comunidade a esse respeito. Por outro lado, supõe-se em geral que para ser válido ou instituir o que quer que seja, todo contrato deve acontecer em uma só língua ou referir-se (por exemplo, no caso de tratados diplomáticos ou comerciais) a uma tradutibilidade já dada e sem sobre: a multiplicidade das línguas deve ser absolutamente dominada. Aqui, ao contrário, um contrato entre duas línguas estrangeiras enquanto tais empenha a tornar possível uma tradução que depois autorizará todo tipo de contratos no sentido corrente. A assinatura desse contrato singular não precisa de uma escritura documentada ou arquivada, entretanto, ela acontece como vestígio ou como traço, e esse lugar acontece mesmo se seu espaço não realça qualquer objetividade empírica ou matemática.

O *topos* desse contrato é excepcional, único, praticamente impossível de ser pensado sob a categoria corrente de contrato: em um código clássico, dir-se-ia transcendental, visto que na verdade ele torna possível todo contrato em geral, a começar por aquilo que se chama o contrato de língua nos limites de um só idioma. Outro nome, talvez, para a origem das línguas. Não a origem da linguagem mas das línguas — antes da linguagem, *as línguas*.

O contrato de tradução, no seu sentido *quase* transcendental, seria o contrato ele mesmo, o contrato

absoluto, a forma-contrato do contrato, o que permite a um contrato ser o que ele é.

O parentesco entre as línguas, dir-se-á que ele supõe esse contrato ou que ele lhe dá seu primeiro lugar? Reconhece-se aí um círculo clássico. Ele sempre começou a girar quando se interroga sobre a origem das línguas ou da sociedade. Benjamin, que fala freqüentemente de parentesco entre as línguas, não o faz jamais como comparatista ou historiador das línguas. Ele se interessa menos em famílias de língua que em uma familiarização mais essencial e mais enigmática, em uma afinidade que ele não está seguro que preceda o traço ou o contrato do *a-traduzir*. Talvez mesmo esse parentesco, essa afinidade (*Verwandtschaft*), ela é como uma aliança selada pelo contrato de tradução, na medida em que as sobrevidas que ela associa não são vidas naturais, laços do sangue ou simbioses empíricas. "Esse desenvolvimento, como aquele de uma vida original e de nível elevado, é determinado por uma finalidade original e de nível elevado. Vida e finalidade — sua correlação aparentemente evidente, e que, contudo, quase escapa ao conhecimento, revela-se apenas quando o objetivo em vista do qual agem todas as finalidades singulares da vida não é absolutamente buscado no próprio domínio dessa vida, mas em um nível bem mais elevado. Todos os fenômenos vitais finalizados, como sua própria finalidade, são afinal de contas finalizados não em direção à vida, mas em direção à expressão

de sua essência, em direção à representação (*Darstellung*) de sua significação. Assim, a tradução tem, finalmente, por objetivo, exprimir a relação mais íntima entre as línguas.

A tradução não buscaria dizer isto ou aquilo, a transportar tal ou tal conteúdo, a comunicar tal carga de sentido, mas a remarcar a afinidade entre as línguas, a exibir sua própria possibilidade. E isso, que vale para o texto literário ou o texto sagrado, define talvez a própria essência do literário e do sagrado, em sua raiz comum. Eu disse re-marcar a afinidade entre as línguas para nomear o insólito de uma "expressão" ("exprimir a relação mais íntima entre as línguas") que não é nem uma simples "apresentação" nem simplesmente outra coisa. A tradução torna presente sobre um modo somente antecipador, anunciador, quase profético, uma afinidade que não está jamais presente nessa apresentação. Pensa-se à maneira pela qual Kant define às vezes a relação com o sublime: uma apresentação inadequada do que, no entanto, aí se apresenta. Aqui o discurso de Benjamin arrisca-se através de chicanas:

É impossível que ela [a tradução] possa revelar essa relação escondida nela mesma, que ela possa restituí-la (*berstellen*); mas ela pode representá-la (*darstellen*), atualizando-a no seu germe ou na sua intensidade. E essa representação de um significado (*Darstellung eines Bedeutenen*) pelo ensaio, pelo germe de sua restituição, é um modo de representação totalmente original, que

nada tem de equivalente no domínio da vida não linguageira. Pois esta última conhece, nas analogias e nos signos, outros tipos de referência (*Hindeutung*) que não a atualização intensiva, quer dizer antecipadora, anunciadora (*vorgreifende, andeutende*). — Mas a relação na qual nós pensamos, essa relação tão íntima entre as línguas, é aquela de uma convergência original. Ela consiste no fato de que as línguas não são estrangeiras uma à outra, mas, a priori e abstração feita de todas as relações históricas, são aparentadas uma à outra no que elas querem dizer.

Todo o enigma desse parentesco se concentra aqui. Que quer dizer "o que elas querem dizer"? E o que é dessa apresentação na qual nada se apresenta sobre o modo corrente da presença?

É o caso do nome, do símbolo, da verdade, da letra.

Uma das bases profundas do ensaio, como do texto de 1916, é uma teoria do nome. A linguagem é aí determinada a partir da palavra e do privilégio da nomeação. É, de passagem, uma afirmação bastante firme senão bastante demonstrativa: "o elemento originário do tradutor" é a palavra e não a proposição, a articulação sintática. Para o dar a pensar, Benjamin propõe uma curiosa "imagem": a proposição (*Satz*) seria "o muro diante da língua do original", ao passo que a palavra, a palavra à palavra, a literalidade (*Wörtlichkeit*) seria sua "arcada". Ao passo que o muro escora escondendo (ele está *dian*te do original), a

arcada sustenta deixando passar o dia e dando a ver o original (nós não estamos longe das "passagens parisienses"). Esse privilégio da palavra sustenta evidentemente aquele do nome e com ele a propriedade do nome próprio, ganhos e perdas e possibilidade do contrato de tradução. Ele abre para o problema *econômico* da tradução, trate-se da economia como lei do próprio ou da economia como relação quantitativa (traduzir é transpor um nome próprio em várias palavras, em uma frase ou em uma descrição etc.?).

Existe o *a-traduzir*. Dos dois lados ele designa e contrata. Ele engaja menos os autores que os nomes próprios na borda da língua, ele não engaja essencialmente nem a comunicar nem a representar, nem a manter um compromisso já assinado, antes de estabelecer o contrato e engendrar o pacto, dito de outra maneira, o *symbolon*, num sentido que Benjamin não designa com esse nome, mas sugere sem dúvida pela metáfora da âncora, ou digamos de preferência, já que suspeitamos do sentido corrente da metáfora, pela *ametáfora* [*ammétaphore*].

Se o tradutor não restitui nem copia um original, é que este sobrevive e se transforma. A tradução será na verdade um momento de seu próprio crescimento, ele aí completará-se-á engrandecendo-se. Ora, é necessário que o crescimento, e é nisso que a lógica "seminal" deve ter-se imposto a Benjamin, não dê lugar a qualquer forma em qualquer direção. O crescimento deve concluir, preencher,

completar (*Ergänzung* é aqui a palavra menos freqüente). E se o original chama um complemento, é que na origem ele não estava lá sem falta, pleno, completo, total, idêntico a si. Desde a origem do original a traduzir, existe queda e exílio. O tradutor deve resgatar (*erlösen*), absolver, resolver, tratando de absolver-se a si mesmo de sua própria dívida que é, no fundo, a mesma — e sem fundo. "Resgatar na sua própria língua essa linguagem pura exilada na língua estrangeira, liberar transpondo essa linguagem pura cativa na obra, tal é a tarefa do tradutor." A tradução é transposição poética (*Umdichtung*). O que ela libera, a "linguagem pura", nós teremos que interrogar a essência disso. Mas notemos por enquanto que essa liberação supõe ela mesma uma liberdade do tradutor, que ela mesma não é mais que uma relação com essa "linguagem pura"; e a libertação que ela opera, eventualmente transgredindo os limites da língua traduzante, por sua vez transformando-a, deve estender, ampliar, fazer crescer a linguagem. Como esse crescimento vem também completar, como ele é "*symbolon*", ele não reproduz: ele junta ajuntando. Onde essa dupla comparação (*Vergleich*), todos esses giros e suplementos metafóricos: 1 - "Da mesma forma que a tangente toca o círculo apenas de forma fugitiva e em um único ponto e que é esse o contato, não o ponto, que lhe designa a lei segundo a qual ela prossegue sua marcha em linha reta, assim a tradução toca o original de forma fugitiva e somente em um ponto

original  
pela  
pela  
pela

infinitamente pequeno do sentido, para seguir em seguida [suivre ensuite] sua marcha a mais própria, segundo a lei da fidelidade na liberdade do movimento linguageiro." Cada vez que ele fala do contato (*Berührung*) entre o corpo dos dois textos no curso da tradução, Benjamin o chama "fugitivo" (*flüchtig*). Ao menos por três vezes, esse caráter "fugitivo" é sublinhado, e sempre para situar o contato com o sentido, o ponto infinitamente pequeno do sentido que as línguas apenas afluam ("A harmonia entre as línguas é aí tão profunda [trata-se das traduções de Sófocles por Hölderlin] que o sentido é tocado pelo vento da linguagem apenas à feição de uma harpa eólica"). O que pode ser um ponto infinitamente pequeno do sentido? Em que medida avaliá-lo? A própria metáfora é ao mesmo tempo a questão e a resposta. E eis aqui a outra metáfora, a metáfora que não concerne mais à extensão em linha reta e infinita, mas ao engrandecimento por ajuntamento, segundo as linhas quebradas do fragmento. 2 - "Pois, da mesma forma que os restos de uma ânfora, para que se possa reconstituir o todo, devem ser contíguos nos menores detalhes, mas não idênticos uns aos outros, assim, no lugar de tornar-se semelhante ao sentido do original, a tradução deve de preferência, em um movimento de amor e quase no detalhe, fazer passar na sua própria língua o modo de intenção do original: assim, da mesma forma que os restos tornam-se reconhecíveis como fragmentos de uma mesma ânfora, original e traduções tornam-se reconhecíveis como fragmentos de uma linguagem maior."

Acompanhemos esse movimento de amor, o gesto desse amante (*liebend*) que trabalha na tradução. Ele não reproduz, não restitui, não representa; no essencial ele não *devolve* o sentido do original, a não ser nesse ponto de contato ou de carícia, o infinitamente pequeno do sentido. Ele estende o corpo das línguas, ele coloca a língua em expansão simbólica; e simbólica aqui quer dizer que, quão pouco de restituição haja a cumprir, o maior, o novo conjunto mais vasto deve ainda *reconstituir* alguma coisa. Não é talvez um todo, mas é um conjunto cuja abertura não deve contradizer a unidade. Como o cântaro que dá seu *topos* poético a tantas meditações sobre a coisa e a língua, de Hölderlin a Rilke e a Heidegger, a ânfora é uma com ela mesma toda se abrindo para fora — e essa *abertura abre a unidade*, torna-a possível e proíbe-lhe a totalidade. Ela lhe permite receber e dar. Se o crescimento da linguagem deve também reconstituir sem representar, se aí está o símbolo, pode a tradução aspirar à verdade? Verdade, será esse ainda o nome do que faz a lei para uma tradução?

Tocamos aqui — em um ponto sem dúvida infinitamente pequeno — ao limite da tradução. O intraduzível puro e o traduzível puro aí passam um no outro — e é a verdade, "ela mesma materialmente".

A palavra "verdade" aparece mais de uma vez em "A tarefa do tradutor". Não é necessário apressar-se em compreendê-la. Não se trata da verdade de uma tradução



enquanto conforme ou fiel a seu modelo, o original. Nem mais, do lado do original ou mesmo da tradução, de alguma adequação da língua ao sentido ou à realidade, até mesmo da representação de alguma coisa. Então do que ele trata sob o nome de verdade? É novo a esse ponto?

Retornemos do "simbólico". Lembremos a metáfora ou a ametáfora: uma tradução esposa o original quando os dois fragmentos ajustados, tão diferentes quanto possível, se completam para formar uma língua maior, no curso de uma sobrevida que modifica todos os dois. Pois a língua materna do tradutor, nós constatamos, altera-se igualmente. Pelo menos, tal é a minha interpretação — minha tradução, minha "tarefa do tradutor". É o que chamei o contrato de tradução: himeneu ou contrato de casamento com promessa de inventar um filho cuja semente dará lugar à história e ao crescimento. Contrato de casamento como seminário. Benjamin o diz, na tradução o original cresce, ele acredita principalmente que ele não se reproduz — e eu acrescentarei como um filho, o dele sem dúvida, mas com a força de falar sozinho que faz de um filho algo mais que um produto sujeitado à lei da reprodução. Essa promessa faz sinal em direção a um reino ao mesmo tempo "prometido e proibido onde as línguas se reconciliarão e se realizarão". É a nota mais babélica de uma análise da escritura sagrada como modelo e limite de toda escritura, em todo caso de toda *Dichtung* no seu ser-a-traduzir. O sagrado e o ser-a-traduzir não se deixam

pensar um sem o outro. Eles se produzem um e outro na borda do mesmo limite.

Esse reino não é jamais atingido, tocado, pisado pela tradução. Existe o intocável e nesse sentido a reconciliação é somente prometida. Mas uma promessa não é nada, ela não é marcada somente pelo que lhe falta para se realizar. Enquanto promessa, a tradução já é um acontecimento, e a assinatura decisiva de um contrato. Que ele seja ou não honrado não impede o engajamento de acontecer e de legar seu arquivo. Uma tradução que chega, que chega a prometer a reconciliação, a falar dela, a desejá-la ou fazer desejar, uma tal produção é um acontecimento raro e considerável.

Aqui, duas questões antes de ir mais próximo da verdade. Em que consiste o intocável, se ele existe? E por que tal metáfora ou ametáfora de Benjamin me faz pensar no himeneu,<sup>15</sup> mais visivelmente no vestido de casamento?

1 - O sempre intacto, o intangível, o intocável (*unberührbar*), é o que fascina e orienta o trabalho do tradutor. Ele quer tocar o intocável, o que resta do texto

<sup>15</sup> A palavra *hymen*, em francês (do latim "hymen", do grego "Hymên", deus do casamento ou "membrana", se escrito com minúscula), tanto pode significar casamento (atualmente a palavra mais usada seria *hyménée*), como a membrana que obstrui parcialmente o orifício vaginal. [N.T.]

quando dele se extraiu o sentido comunicável (ponto de contato, lembre-se, infinitamente pequeno), quando se transmitiu o que se pode transmitir, até mesmo ensinar: o que faço aqui, após e graças a Maurice de Gandillac, sabendo que um resto intocável do texto benjaminiano restará, ele também, intacto ao final da operação. Intacto e virgem apesar do labor da tradução, por mais eficiente e por mais pertinente que ela seja. Aqui a pertinência não interessa. Se se pode arriscar uma proposição de aparença tão absurda, o texto será ainda mais virgem após a passagem do tradutor, e o hímen, signo da virgindade, mais enciumado dele mesmo após o outro himeneu, o contrato passado e a consumação do casamento. A completude simbólica não acontecerá até seu final e, contudo, a promessa de casamento será advinda — e é a tarefa do tradutor no que ela tem de mais aguçado como de insubstituível.

Mas então? Em que consiste o intocável? Estudemos ainda as metáforas ou as ametáforas, os *Übertragungen* que são traduções e metáforas da tradução, traduções (*Übersetzungen*) de tradução ou metáforas de metáfora. Estudemos todas essas passagens benjaminianas. A primeira figura que se apresenta aqui é aquela do fruto e do invólucro, do caroço e da casca (*Kern, Frucht / Schale*). Ela descreve em última instância a distinção à qual Benjamin não quererá jamais renunciar nem mesmo consagrar algumas questões. Reconhece-se um caroço, o original

enquanto tal, pelo fato de poder ele deixar-se de novo traduzir e retraduzir. Uma tradução, ela, não o pode *enquanto tal*. Só um caroço, porque ele resiste à tradução que ele imanta, pode oferecer-se a uma nova operação tradutora sem se deixar esgotar. Pois a relação do conteúdo com a língua, dir-se-ia também do fundo com a forma, do significado com o significante, pouco importa aqui (nesse contexto Benjamin opõe teor (*Gehalt*) e língua ou linguagem (*Sprache*)), difere do texto original à tradução. No primeiro, a unidade está também comprimida, estrita, aderente como entre o fruto e sua pele, sua casca ou sua capa. Não que eles sejam inseparáveis, deve-se por direito poder distingui-los, mas eles pertencem a um todo orgânico e não é insignificante que a metáfora seja aqui vegetal e natural, naturalista:

Esse reino, ele [o original em tradução] não o alcança jamais completamente, mas é aí que se encontra o que faz com que traduzir seja mais que comunicar. Mais precisamente pode-se definir esse caroço essencial como o que, na tradução, não é novamente traduzível. Pois, do mesmo modo que se pode extrair do comunicável para traduzi-lo, resta sempre esse intocável para o qual se orienta o trabalho do verdadeiro tradutor. Ele não é transmissível como o é a palavra criadora do original (*übertragbar wie das Dichterwort des Originals*), pois a relação do teor com a linguagem é inteiramente diferente no original e na tradução. No original, teor e linguagem formam uma unidade determinada como a do fruto e do invólucro.

Dissequemos um pouco mais a retórica dessa seqüência. Não é certo que o "caroço" essencial e o "fruto" designem a mesma coisa. O caroço essencial, o que não é, na tradução, novamente traduzível, não é o teor, mas essa aderência entre o teor e a língua, entre o fruto e o invólucro. Isso pode parecer estranho ou incoerente (como um caroço poderia situar-se entre o fruto e o invólucro?). É preciso sem dúvida pensar que o caroço é em primeiro lugar a unidade dura e central que faz prender o fruto ao invólucro, também o fruto a ele mesmo; e sobretudo que, no centro do fruto, o caroço é "intocável", fora de alcance e invisível. O caroço seria a primeira metáfora daquilo que faz a unidade dos dois termos na segunda metáfora. Mas existe uma terceira, e dessa vez ela não tem proveniência natural. Ela concerne à relação do teor com a língua na tradução, e não mais no original. Essa relação é diferente, e eu não creio ceder ao artifício insistindo sobre essa diferença para dizer que ela é precisamente aquela entre o artifício e a natureza. O que de fato Benjamin nota, enquanto passagem, por comodidade retórica ou pedagógica? Que "a linguagem da tradução envelopa seu teor como um manto real de largas dobras. Pois ela é o signifiicante de uma linguagem superior a ela mesma e permanece assim, em relação ao seu próprio teor, inadequada, forçada, estrangeira". É muito bonito, uma bela tradução: arminho branco, coroamento, cetno e diligência majestosa. O rei tem de fato um corpo (e aqui não é o texto original,

mas aquilo que constitui o teor do texto traduzido), mas esse corpo está somente prometido, anunciado e dissimulado pela tradução. O hábito convém, mas não se ajusta tão rigorosamente na pessoa real. Não é uma fraqueza, a melhor tradução assemelha-se a esse manto real. Ela permanece separada do corpo ao qual entretanto ela se junta, esposando-o sem esposá-lo. Pode-se certamente bordar sobre esse manto, sobre a necessidade dessa *Übertragung*, dessa tradução metafórica da tradução. Pode-se, por exemplo, opor essa metáfora àquela da casca e do caroço como se oporia a técnica à natureza. Uma vestimenta não é natural, é um tecido e, mesmo, outra metáfora da metáfora, um texto, e esse texto de artifício aparece justamente ao lado do contrato simbólico. Ora, se o texto original é demanda de tradução, o fruto, a menos que não seja o caroço, exige aqui tornar-se o rei, ou o imperador que utilizará os hábitos novos: sob as amplas dobras, in *weiten Falten*, descobrir-se-á que ele está nu. O manto e as dobras protegem provavelmente o rei contra o frio ou as agressões naturais; mas em primeiro lugar, sobretudo, é, como seu cetno, a visibilidade insigne da lei. É o indício do poder e do poder de fazer a lei. Infere-se daí que o que conta é o que se passa sob o manto, quer dizer, o corpo do rei, não digam imediatamente o falo, em torno do qual uma tradução negocia sua língua, faz dobras, molda formas, costura debruns, pesponta e borda. Mas sempre amplamente fluviante a alguma distância do teor.

For habues: witi-ente  
(ou imp. intente falo, para o corpo  
[mod. costurante])  
[Col. 520-80]

2 - Mais ou menos estritamente, o manto esposa o corpo do rei, mas, pelo que se passa sob o manto, como separar o rei do casal real? É o casal de esposos (o corpo do rei e sua túnica, o teor e a língua, o rei e a rainha) que faz a lei e garante todo contrato após esse primeiro contrato. Não o esqueçamos, a cena da tradução implica a genealogia ou a herança: Eu então pensei uma túnica de casamento. Benjamin não conduz as coisas no sentido no qual eu mesmo as traduzo, tendo-o sempre já na tradução. Tomei alguma liberdade com o teor do original, do mesmo modo que com sua língua, e ainda com o original que é, também, para mim, agora, a tradução francesa. Ajuntei um manto ao outro, isso ainda flutua, mas não é essa a destinação de toda tradução? Se ao menos uma tradução se destinasse a chegar.

Apesar da distinção entre as duas metáforas, a casca e o manto (o manto-real, pois ele disse "real" onde outros poderiam ter pensado que um manto bastaria), apesar da oposição entre a natureza e a arte, nos dois casos existe unidade do teor e da língua, unidade natural em um caso, unidade simbólica no outro. Simplesmente, na tradução, a unidade sinaliza em direção a uma unidade (metaforicamente) mais "natural", ela promete uma língua ou uma linguagem mais originais quanto sublimes, sublimes na medida desmedida em que a promessa, ela mesma, quer dizer a tradução, permanece aí inadequada (*unangemessen*), violenta e forçada (*gewaltig*) e estrangeira

(*fremd*). Essa "quebra" torna inútil, "proibida" mesmo toda *Übertragung*, toda "transmissão", diz justamente a tradução francesa: a palavra joga, também, como a transmissão, com o deslocamento transferencial ou metafórico. E a palavra *Übertragung* ainda se impõe algumas linhas mais adiante: se a tradução "transplanta" o original sobre um outro terreno de língua "ironicamente" mais definitivo, é na medida em que não se poderia mais deslocá-lo de lá por nenhuma outra "transferência" (*Übertragung*), mas somente "erigi-lo" (*erheben*) de novo no mesmo lugar "em outras partes". Não existe tradução da tradução, eis o axioma sem o qual não existiria "A tarefa do tradutor". Se aí se tocasse, tocar-se-ia, e não se deve fazê-lo, o intocável do intocável, quer dizer, o que garante ao original que ele permaneça de fato o original.

Isso não é sem relação com a verdade. Ela está aparentemente além de toda *Übertragung* e de toda *Übersetzung* possíveis. Ela não é a correspondência representativa entre o original e a tradução, nem mesmo adequação primeira entre o original e algum objeto ou significação fora dele. A verdade seria de preferência a linguagem pura na qual o sentido e a letra não se dissociam mais. Se um tal lugar, o ter-lugar de tal acontecimento, permanecesse não encontrável, não se poderia mais, fosse esse de direito, distinguir entre um original e uma tradução. Mantendo a todo preço essa distinção como o dado originário de todo contrato de tradução (no sentido quase

transcendental do qual nós falávamos mais acima), Benjamin repete o fundamento do direito. Fazendo isso, ele exhibe a possibilidade de um direito das obras e de um direito de autor, aquela mesma sobre a qual pretende se apoiar o direito positivo. Este desmorona a partir da menor contestação de uma fronteira rigorosa entre o original e a versão, até mesmo da identidade a si ou da integridade do original. O que diz Benjamin dessa relação entre o original e a tradução, encontramos-lo, traduzido numa langue de bois,<sup>16</sup> mas fielmente reproduzido no seu sentido, no limiar de todos os tratados jurídicos concernentes ao direito positivo das traduções. E isso, quer se trate dos princípios gerais da diferença original/tradução (esta sendo "derivada" daquela) ou se trate das traduções de tradução. A tradução de tradução é dita "derivada" do original e não da primeira tradução. Eis alguns trechos do direito francês; mas não parece haver aí, desse ponto de vista, oposição entre este e outros direitos ocidentais (em todo caso um inquérito de direito comparado deveria também concernir à tradução de textos de direito). Ver-se-á que essas proposições apelam para a polaridade expressão/expressado, significante/significado, forma/fundo. Benjamin começava do mesmo modo por dizer: a tradução é uma forma, e a

<sup>16</sup> Langue de bois: expressão pejorativa que significa a forma de se exprimir, abundante em fórmulas petrificadas e em estereótipos não-comprometedores. [N.T.]

clivagem simbolizante/simbolizado organiza todo seu ensaio. Ora, em que esse sistema de oposição é indispensável a esse direito? É que só ele permite, a partir da distinção entre o original e a tradução, reconhecer alguma originalidade à tradução. Essa originalidade é determinada, e é um dos numerosos filosofemas clássicos ao fundamento desse direito, como originalidade da expressão. Expressão se opõe a conteúdo, certamente, e a tradução, presumida de não tocar o conteúdo, deve ser original apenas pela língua *como expressão*; mas expressão se opõe também ao que os juristas franceses chamam a *composição* do original. Em geral, situa-se a composição do lado da forma; ora, aqui a forma de expressão, na qual se pode reconhecer originalidade ao tradutor e por essa razão um direito de autor-tradutor, é somente a forma de expressão linguística, a escolha das palavras na língua etc., mas nada mais que a forma. Eu cito Claude Colombet, *Propriété littéraire e artistique*, Dalloz, 1976, do qual extraio somente algumas linhas, conforme a lei de 11 de março de 1957, evocada na abertura do livro e "autorizando (...) apenas as análises e as curtas citações com o objetivo de exemplo e de ilustração", pois "toda representação ou reprodução integral, ou parcial, feita sem o consentimento do autor ou dos detentores de seus direitos ou herdeiros, é ilícita", e constitui "então contrafação sancionada pelos artigos 425 e seguintes do código penal": "54. As traduções são obras que são originais somente

pela expressão; [restrição muito paradoxal]: a pedra angular do direito de autor é, com efeito, a única forma que pode tornar-se propriedade, e não as idéias, os temas, os conteúdos, que são propriedade comum e universal.<sup>17</sup> Se uma primeira consequência é boa, dado que é essa forma que define a originalidade da tradução, uma outra consequência poderia ser ruímosa, pois ela deveria levar a abandonar aquilo que distingue o original da tradução se, ao excluir a expressão, ele retoma uma discussão de fundo. A menos que o valor da composição, por pouco rígorosa que ela seja, não mantenha indício do fato de que entre o original e a tradução a relação não é nem de expressão nem de conteúdo, mas de outra coisa além dessas oposições. A seguir o embaraço dos juristas — às vezes cômico na sua sutileza casuística — para tirar as consequências dos axiomas do tipo: 'O direito do autor não protege as idéias; mas essas podem ser, às vezes indiretamente, protegidas por outros meios que não a lei de 11 de março de 1957' (op. cit., p. 21), mede-se melhor a historicidade e a fragilidade conceitual dessa axiomática; o artigo 4 da lei os cita em meio a obras protegidas; de fato, sempre foi admitido que o tradutor dá prova de originalidade na escolha das expressões para reproduzir da melhor maneira em uma língua o sentido do texto em

<sup>17</sup> Cf. todo o Capítulo I desse livro: "L'absence de protection des idées par le droit d'auteur."

uma outra língua. Como o diz M. Savatier: 'O gênio de cada língua dá à obra traduzida uma fisionomia própria; e o tradutor não é um simples operário. Ele mesmo participa de uma criação derivada cuja própria responsabilidade ele carrega'; é que de fato a tradução não é o resultado de um processo automático; pelas escolhas que ele opera entre várias palavras, várias expressões, o tradutor faz uma obra do espírito; mas, seguramente, ele não saberia modificar a composição da obra traduzida, pois ele é obrigado a respeitar essa obra."

Na sua língua Desbois diz a mesma coisa, com algumas precisões suplementares:

*As obras derivadas que são originais pela expressão.* 29. Não é absolutamente necessário que a obra considerada, para ser *relativamente original* [sublinhado por Desbois], carregue a impressão de uma personalidade ao mesmo tempo pela composição e a expressão como as adaptações. É suficiente que o autor, seguindo bem passo a passo o desenvolvimento de uma obra preexistente, tenha feito ato pessoal na expressão: o artigo 4 é a prova de fé disso, dado que, numa enumeração não exaustiva das obras derivadas, ele situa no lugar de honra as *traduções*. *Traduttore, traditore*, dizem naturalmente os italianos, num repente espirituoso, que, como toda medalha, tem um anverso e um reverso: se existem maus tradutores que multiplicam os contra-sensos, outros são citados graças à perfeição de sua tarefa. O risco de um erro ou de uma imperfeição tem por contrapartida a

perspectiva de uma versão autêntica, que implica um perfeito conhecimento das duas línguas, uma abundância de escolhas judiciosas e, portanto, um esforço criador. A consulta de um dicionário é suficiente apenas aos candidatos medíocres ao baccalauréat.<sup>18</sup> O tradutor consciencioso e competente “coloca de seu” e *cria*, assim como o pintor que faz a cópia de um modelo. A verificação dessa conclusão é fornecida pela comparação de várias traduções de um só e mesmo texto: cada uma poderá diferir das outras, sem que nenhuma contenha um contra-senso; a variedade dos modos de expressão de um mesmo pensamento demonstra, pela possibilidade de uma escolha, que a *tarefa do tradutor dá ensejo a manifestações de personalidade. (Le droit d'auteur en France. Dalloz, 1978.)* [Eu sublinho, J. D.]

Relevar-se-á de passagem que a *tarefa do tradutor*, confinada no duelo das línguas (nunca mais de duas línguas), dá lugar somente ao “esforço criador” (esforço e tendência mais que acabamento, labor artesanal mais que performance de artista), e quando o tradutor “cria”, é como um pintor que “copia” seu “modelo” (comparação estapafúrdia por diversas razões; seria útil explicá-la?). O retorno da palavra “tarefa” é bastante notável, em todo caso, por todas as significações que ele tece em rede, e é sempre a mesma interpretação avaliadora: dever, dívida, taxa,

<sup>18</sup> Baccalauréat: exame feito pelos estudantes franceses ao término do equivalente ao curso secundário. [N.T.]

contribuição, imposto, despesa de herança e sucessão, sobre obrigação, mas labor a meio caminho da criação, tarefa infinita, não acabamento essencial, como se o presumido criador do original não estivesse, ele também, endividado, taxado, obrigado por um outro texto, a *priori* tradutor.

Entre o direito transcendental, tal qual Benjamin o repete, e o direito positivo, tal qual se formula tão laboriosamente e às vezes tão grosseiramente nos tratados do direito de autor ou do direito das obras, a analogia pode ser seguida mais longe, por exemplo, naquilo que concerne à noção de derivação e às traduções de traduções: essas são sempre derivadas do original e não de traduções anteriores. Eis uma nota de Desbois:

O tradutor não cessará de fazer obra pessoal mesmo quando extrai conselho e inspiração em uma tradução precedente. Nós não recusaremos a qualidade de autor de uma obra derivada, *no que diz respeito a traduções anteriores*, àquele que se contentaria em escolher, entre várias versões já publicadas, aquela que lhe parece a mais adequada ao original: indo de uma a outra, tomando uma passagem a essa, uma outra àquela, ele cria uma obra nova, pelo próprio fato da combinação, que torna seu trabalho diferente das produções antecedentes. Ele fez ato de criação, pois que sua tradução reflete uma forma nova e resulta de comparações, de escolhas. O tradutor seria ainda, de acordo conosco, digno de audiência, não obstante ele tivesse sido

conduzido por suas reflexões ao mesmo resultado que um antecessor, do qual ele teria por hipótese ignorado o trabalho: sua réplica involuntária, longe de constituir um plágio, carregaria a marca de sua personalidade, apresentaria uma "novidade subjetiva", que chamaria proteção. As duas versões, consumadas à revelia, separadamente uma da outra, deram lugar, separadamente e isoladamente, a manifestações de personalidade. *A segunda será uma obra derivada vis-à-vis à obra que foi traduzida, não vis-à-vis à primeira.* (Op. cit., p. 41)  
[Eu sublinhei esta última frase.]

Desse direito à verdade, qual é a relação?

A tradução promete um reino à reconciliação das línguas. Essa promessa, acontecimento propriamente simbólico ajuntando, acoplando, casando duas línguas como as duas partes de um todo maior, chama a uma língua da verdade (*Sprache der Wahrheit*). Não a uma língua verdadeira, a uma língua cuja verdade, adequada a algum conteúdo exterior, mas a uma verdadeira língua, a uma língua cuja verdade referir-se-ia apenas a ela mesma. Tratar-se-ia da verdade como autenticidade, verdade de ato ou de acontecimento que pertenceria ao original mais do que à tradução, mesmo se o original já está em situação de demanda ou de dívida. E se existisse uma tal autenticidade e uma tal força de acontecimento no que se chama correntemente uma tradução, é que ela se produziria de alguma forma como obra original. Existiria então uma

maneira original e inaugural de endividar-se, seriam o lugar e a data do que se chama um original, uma obra.

Para bem traduzir o sentido intencional do que quer dizer Benjamin, quando ele fala de "língua da verdade", talvez seja preciso entender o que ele diz regularmente do "sentido intencional" ou da "visada intencional" (*Intention, Meinung, Art des Meinens*). Como o lembra Maurice de Gandillac, são categorias emprestadas da escolástica por Brentano e Husserl. Elas representam um papel importante, aliás sempre muito claro em "A tarefa do tradutor".

O que aparece visado sob o conceito de visada (*Meinen*)? Retomemos o ponto onde na tradução parece anunciar-se um parentesco das línguas, além de toda semelhança entre um original e sua reprodução, e independentemente de toda filiação histórica. De resto, o parentesco não implica necessariamente a semelhança. Dito isso, afastando a origem histórica ou natural, Benjamin não exclui, em qualquer outro sentido, a consideração da origem em geral, não mais que o fazem em contextos e por movimentos análogos um Rousseau ou um Husserl. Benjamin o explicita mesmo literalmente: para o mais rigoroso acesso a esse parentesco ou a essa afinidade das línguas, "o conceito de origem (*Abstammungsbegriff*) permanece indispensável". Onde procurar então essa afinidade originária? Nós a vemos anunciar-se num dobramento, um desdobramento e um co-desdobramento das



visadas. Através de cada língua algo é visado que é o mesmo e que, no entanto, nenhuma das línguas pode atingir, separadamente. Elas podem pretender atingi-lo, e se lhe prometer, apenas co-empregando ou co-desdobrando suas visadas intencionais, "o todo de suas visadas intencionais complementares". Esse co-desdobramento em direção ao todo é um desdobramento, pois o que ele visa atingir é "a linguagem pura" (*die reine Sprache*), ou a pura língua. O que é então visado por essa co-operação das línguas e das visadas intencionais não é transcendente à língua, não é uma realidade que elas investiriam de todos os lados como uma torre à qual elas tentariam fazer a volta. Não, o que elas visam, intencionalmente, cada uma e juntas, na tradução, é a língua mesma como acontecimento babélico, uma língua que não é a língua universal no sentido leibniziano, uma língua que não é mais a língua natural que cada uma mantém de seu lado, é o ser-língua da língua, a língua ou a linguagem *enquanto tais*, essa unidade sem qualquer identidade a si que faz que existam línguas e que são línguas.

Essas línguas relacionam-se uma com a outra na tradução segundo um modo inaudito. Elas se completam, diz Benjamin; mas nenhuma outra complete o mundo pode representá-las, nem essa complementaridade simbólica. Essa singularidade (não representável por nada que seja no mundo) provém sem dúvida da visada intencional ou do que Benjamin tenta traduzir na linguagem escolástico-fenomenológica. No interior da mesma visada

intencional, é preciso rigorosamente distinguir entre a coisa visada, o visado (*das Gemeinte*), e o modo da visada (*die Art des Meinens*). A tarefa do tradutor, desde que ele tenha em vista o contrato originário das línguas e a esperança da "língua pura", exclui ou deixa entre parênteses o "visado".

O modo de visada sozinho designa a tarefa de tradução. Cada "coisa", na sua identidade presumida a si (por exemplo o pão *ele mesmo*) é visada segundo modos diferentes em cada língua e em cada texto de cada língua. É entre os modos que a tradução deve procurar, produzir ou reproduzir uma complementaridade ou uma "harmonia". E desde o momento que completar ou complementar não retorna a uma intimação de nenhuma totalidade mundana, o valor de harmonia convém a esse ajustamento, àquilo que se pode chamar aqui o acordo das línguas. Esse acordo deixa ressoar a pura linguagem e o ser-língua da língua, anunciando-o mais que o apresentando. Enquanto esse acordo não acontece, a pura linguagem permanece escondida, ocultada (*verborgen*), murada na intimidade noturna do "carogo". Só uma tradução pode fazê-la sair daí.

Sair e sobretudo desenvolver, fazer crescer. Sempre segundo o mesmo motivo (de aparência organicista ou vitalista), dir-se-ia então que cada língua está como que atrofiada na sua solidão, magra, parada no seu crescimento, enfêrma. Graças à tradução, dito de outra forma, a essa complementaridade lingüística pela qual uma língua

2  
O acordo de línguas  
é a língua da história  
(para a língua)

dá a outra o que lhe falta, e lho dá harmoniosamente, esse cruzamento das línguas assegura o crescimento das línguas, e mesmo esse "santo crescimento das línguas" "até o termo messiânico da história". Tudo isso se anuncia no processo tradutor, através da "eterna sobrevida das obras" (*am ewigen Fortleben der Werke*) ou "o renascimento (*Aufleben*) infinito das línguas". Essa perpétua revivescência, essa regeneração constante (*Fort- e Aufleben*) pela tradução, é menos uma revelação, a revelação ela mesma, que uma anunciação, uma aliança e uma promessa.

Esse código religioso é aqui essencial. O texto sagrado marca o limite, o modelo puro, mesmo se ele é inacessível, da tradutibilidade pura, o ideal a partir do qual poder-se-á pensar, avaliar, medir a tradução essencial, quer dizer, poética. A tradução, como santo crescimento das línguas, anuncia o termo messiânico, certamente, mas o signo desse termo e desse crescimento está "presente" apenas no "saber dessa distância", no *Entfernung*, o *distanciamento* que a isso nos reporta. Esse *distanciamento*, pode-se sabê-lo, ter-se dele o saber ou o *pressentimento*, mas não se pode vencê-lo. Mas ele nos coloca em relação com "essa língua da verdade" que é a "verdadeira linguagem" (*so ist diese Sprache der Wahrheit - die wahre Sprache*). Esse estar em relação realiza-se sobre o modo do "pressentimento", o modo "intensivo" que torna presente o que está ausente, deixa vir o *distanciamento*

7312  
"Luz"  
"esperança"

como *distanciamento, fort-da*.<sup>19</sup> Digamos que a tradução é a experiência, o que se traduz ou se experimenta, também: a experiência é tradução.

O *a-traduzir* do texto sagrado, sua pura tradutibilidade, eis o que daria *ao extremo* a medida ideal de toda tradução. O texto sagrado designa sua tarefa ao tradutor, e ele é sagrado *enquanto* se anuncia como tradutível, simplesmente tradutível, *a-traduzir*; o que não quer sempre dizer imediatamente tradutível, no sentido comum que foi afastado desde o início. Talvez seja preciso distinguir aqui entre o tradutível e o traduzível. A tradutibilidade pura e simples é aquela do texto sagrado no qual o sentido e a literalidade não se discernem mais para formar o corpo de um acontecimento único, insubstituível, intransferível, "materialmente a verdade". Apelo à tradução: a dívida, a tarefa, a atribuição não são nunca mais imperiosas. Jamais não há mais tradutível, mas em razão dessa indistinção do sentido e da literalidade (*Wörtlichkeit*), o tradutível puro pode anunciar-se, dar-se, apresentar-se, deixar-se traduzir *como intraduzível*. Desde esse limite, ao mesmo tempo interior e exterior, o tradutor chega a receber todos os signos do *distanciamento (Entfernung)* que o guiam em sua *démarche* infinita à beira do abismo, da loucura e do silêncio: as últimas obras de Hölderlin

<sup>19</sup> *Fort sein*: ser, estar *fort*, é estar ausente, desaparecer, ter-se ido; *da*: aqui, estar presente, existir. Assim *fort/da* é o par dicotômico do não-estar/estar; sumir, desaparecer/ser, aparecer; além/aqui, [N.T.]

como traduções de Sófocles, o desmoronamento do sentido "de abismo em abismo"; esse perigo não é aquele do acidente, é a tradutibilidade, é a lei da tradução, o *a-traduzir* como lei, a ordem dada, a ordem recebida — e a loucura espera dos dois lados. Como a tarefa é impossível nas cercanias do texto sagrado que se vos<sup>20</sup> designa, a culpabilidade infinita vos absolve imediatamente.

É o que se nomeia aqui doravante Babel: a lei imposta pelo nome de Deus que pela mesma ação vos prescreve e vos interdita traduzir, mostrando-vos e despojando-vos do limite. Mas não é somente a situação babélica, não somente uma cena ou uma estrutura. É também o status e acontecimento do texto babélico, do texto da Gênese (texto único a esse respeito) como texto sagrado. Ele resulta da lei que ele narra e que traduz exemplarmente. Ele faz a lei da qual ele fala, e de abismo em abismo ele desconstrói a torre, e cada torre, as torres de todos os gêneros, segundo um ritmo.

O que se passa em um texto sagrado é o acontecimento de um *pas de sens*.<sup>21</sup> Esse acontecimento é

<sup>20</sup> A opção pela tradução de *vous* pelo pronome pessoal *vós* é devida ao tom religioso empregado no fechamento do texto. [N.T.]

<sup>21</sup> A expressão *pas de sens* significa "sem sentido" e optou-se aqui por deixá-la no original dada a ambigüidade nela existente, quando se lê as palavras separadamente (*passo de sentido*), e da qual parece beneficiar-se o autor (a expressão vem cortada por hifens na frase seguinte). [N.T.]

também aquele a partir do qual se pode pensar o texto poético ou literário que tende a redimir o sagrado perdido que aí se traduz como em seu modelo. Pas-de-sens, isso não significa a pobreza, mas pas de sens que seja ele mesmo, sentido, fora de uma "literalidade". E está aí o sagrado. Ele se entrega à tradução que se doa a ele. Ele não seria nada sem ela, ela não aconteceria sem ele, um e outro são inseparáveis. No texto sagrado "o sentido cessou de ser a linha divisória para o fluxo da linguagem e para o fluxo da revelação. É o texto absoluto, pois em seu acontecimento ele não comunica nada, ele não diz nada que faça sentido fora desse acontecimento mesmo. Esse acontecimento se confunde absolutamente com o ato de linguagem, por exemplo, com a profecia. Ele é literalmente a literalidade de sua língua, a "linguagem pura". E como nenhum sentido se deixa dele destacar, transferir, transportar, traduzir em uma outra língua como tal (como sentido), ele comanda imediatamente a tradução que ele parece recusar. Ele é tradutível (*übersetzbar*) e intraduzível. Existe apenas letra, e é a verdade da linguagem pura, a verdade como linguagem pura.

Essa lei não seria uma coação exterior, ela concede uma liberdade à literalidade. No mesmo acontecimento, a letra cessa de oprimir desde o momento em que não é mais o corpo exterior ou o corselete de sentido. Ela se traduz também dela mesma, e é nessa relação a si do corpo sagrado que se encontra engajada a tarefa do

tradutor. Essa situação, por ser aquela de um puro limite, não exclui, ao contrário, os graus, a virtualidade, o intervalo e o entre-dois, o labor infinito para rejeitar o que é, no entanto, passado, já dado, aqui mesmo, entre as linhas, já assinado.

Como traduziríeis uma assinatura? E como vós vos absteríeis, quer se trate de Yahweh, de Babel, de Benjamin quando ele assina bem perto de sua última palavra? Mas ao pé da letra e entre as linhas, está também a assinatura de Maurice de Gandillac que, para finalizar, eu cito colocando minha questão: pode-se citar uma assinatura? "Pois, a um grau qualquer, todas as grandes escrituras, e, no mais alto ponto, a Escritura santa, contêm entre as linhas sua tradução virtual. A versão intralinear do texto sagrado é o modelo ou o ideal de toda tradução."

## Títulos de Jacques Derrida Publicados no Brasil

DERRIDA, Jacques. *Do espírito: Heidegger e a questão*. Trad. Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1990. 143 p.

\_\_\_\_\_. *A escritura e a diferença*. Trad. Maria Beatriz M. Nizza da Silva. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995. 252 p.

\_\_\_\_\_. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 234 p.

\_\_\_\_\_. *Estados-da-alma da psicanálise: o impossível para além da soberana crueldade*. Trad. Antônio Romane e Isabel Kahn Marin. São Paulo: Editora Escuta, 2001. 104 p.

\_\_\_\_\_. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991. 126 p.

\_\_\_\_\_. *Gramatologia*. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973. 386 p.

\_\_\_\_\_. *Khôra: ensaio sobre o nome*. Trad. Nícia Adan Bonatti. Campinas: Papirus, 1995. 75 p.

- DERRIDA, Jacques. *Limited Inc.* Trad. Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1991. 212 p.
- \_\_\_\_\_. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana.* Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 130 p.
- \_\_\_\_\_. *Margens da filosofia.* Trad. Joaquim Torres Costa e Antônio Magalhães. Campinas: Papyrus, 1991. 373 p.
- \_\_\_\_\_. *O olho da universidade.* Trad. Ricardo Yuri Canco e Ignácio Antônio Neis. São Paulo: Estação Liberdade, 1999. 160 p.
- \_\_\_\_\_. *Peixões.* Trad. Loris Z. Machado. Campinas: Papyrus, 1995. 62 p.
- \_\_\_\_\_. *Posições.* Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 127 p.
- \_\_\_\_\_. *Salvo o nome: (post-scriptum): ensaio sobre o nome.* Trad. Nícia Adan Bonatti. Campinas: Papyrus, 1995. 78 p.
- \_\_\_\_\_. *A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl.* Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994. 117 p.
- DERRIDA, Jacques; BERNSTEIN, Lena. *Enlouquecer o subjétil.* Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998. 148 p.
- DERRIDA, Jacques; BENNINGTON, Geoffrey. *Jacques Derrida.* Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996. 290 p.
- DERRIDA, Jacques; VATTIMO, Gianni et al. *A religião.* São Paulo: Estação Liberdade, 2000. 232 p.
- DERRIDA, Jacques; FOUCAULT, Michel. *Três tempos da história da loucura.* Maria Cristina Franco Ferraz (Org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 151 p.